

semináriosfolha SP2030

Expectativa é que 5G aumente o PIB e ajude a reduzir pobreza no país

Tecnologia abre caminho para que excluídos digitais tenham acesso a trabalho e microcrédito

Julio Wiziack

BRASÍLIA A implementação da telefonia de quinta geração vai ajudar o país a cumprir as metas pactuadas na ONU. Com a promessa de revolucionar a economia, o 5G pode fazer o PIB do Brasil crescer cerca de US\$ 1,2 trilhão (R\$ 6,5 trilhões) a mais até 2035.

A estimativa é da consultoria especializada Omdia em estudo para a Nokia, um dos principais fornecedores de equipamentos de rede 5G.

Por setores, esse aumento do PIB deve ser maior nas áreas de tecnologia (US\$ 241 bilhões a mais), governo (US\$ 189 bi), manufatura (US\$ 181 bi), serviços (US\$ 152 bi), varejo (US\$ 88 bi), agricultura (US\$ 77 bi) e mineração (US\$ 48,6 bi).

Estimular o crescimento é a chave para erradicar a pobreza e a fome, além de reduzir desigualdades sociais, princi-

pais objetivos da Agenda 2030.

A ideia do governo é maximizar os investimentos exigidos pelo 5G para levar o país a um novo patamar de desenvolvimento, especialmente nas áreas mais pobres.

A expectativa é que o leilão das licenças ocorra ainda no primeiro semestre deste ano, para que as operadoras vendedoras deem início à construção de suas redes.

Nas obrigações definidas pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), as teles deverão oferecer planos comerciais nas capitais no segundo semestre de 2022 e em todo o território nacional em meados de 2029.

Para isso, as operadoras terão de investir cerca de R\$ 33 bilhões na construção da infraestrutura e na ampliação da rede 4G, que chegará a cerca de 1.400 localidades hoje desassistidas de qualquer serviço de telefonia, diz a Anatel.

Segundo cálculos feitos pelo Banco Mundial, um aumento de 10% na oferta de conexões (móveis ou fixas) é capaz de ampliar em 1,2% o PIB da localidade beneficiada.

"As contrapartidas permitirão levar conectividade a diversas localidades do país, iluminando os desertos digitais ainda existentes", diz Marcos Ferrari, presidente da Conexis, associação que representa as operadoras de telefonia.

Um estudo recente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) sobre os impactos da telefonia móvel nos compromissos da Agenda 2030 mostra que um acréscimo de 10% do investimento total das operadoras gera efeitos indiretos capazes de retirar da pobreza 360 mil pessoas por ano ou impedir que 375 mil passem fome.

De acordo com o estudo, políticas públicas voltadas à oferta de conectividade permitem

que a parcela mais vulnerável consiga trabalho, tenha acesso a microcréditos, gere renda e ascenda profissionalmente.

É o que mostram experiências de países como Índia e Bangladesh, onde houve combinação de esforços privados (fabricantes de telefonia lançaram modelos específicos de baixo custo) e governamentais (destinação de verbas para garantir o acesso).

Foi esse conceito que norteou a nova política da Caixa Econômica Federal que, ao lançar um aplicativo para pagamento do auxílio emergencial aos prejudicados pela pandemia, acabou criando um banco digital para os mais pobres.

Hoje, o aplicativo conta com mais de 107 milhões de cadastrados (com contas bancárias abertas) e a Caixa só aguarda a aval do Banco Central para lançar esse novo banco, totalmente digital.

Segundo o presidente da Caixa, Pedro Gui-

marães, um dos produtos será o microcrédito.

Pelo estudo do BID, quanto maior o investimento das operadoras em tecnologia, maior é o efeito de aumento de renda na população. Cada 1% a mais nesse dispêndio provoca uma alta de 0,0027 ponto percentual, em média, na renda dos 20% mais carentes.

Em média, as teles ampliam em cerca de 10% seu investimento total por ano. Com a nova rodada de desembolsos com o 5G, essa média terá um incremento de cerca de R\$ 3 bilhões a mais, sem contar os dispêndios com melhorias na rede já instalada.

A tecnologia estimula o surgimento de novas formas de prestação de serviço. As redes 3G e 4G tornaram possíveis o surgimento de aplicativos como Uber e iFood, que dão trabalho a motoristas e entregadores ao redor do mundo. Ao menos três metas defi-

nidas pela Agenda 2030 serão atendidas diretamente pelo edital do 5G, afirma Carlos Baigorri, conselheiro da Anatel que relatou o processo com as regras do leilão.

"No campo da economia [objetivo 8], o 5G deve ser a alavanca para o próximo ciclo econômico, pois será a plataforma para diversas inovações na indústria, no campo, na mobilidade das pessoas."

Ainda segundo ele, dois outros objetivos (inovação tecnológica e mobilidade nas cidades) também estão contemplados pelo edital que obriga a implantação do 4G em todas as localidades do país hoje sem serviço.

"Além de reforçar a rede já existente, as empresas vencedoras do leilão terão de implantar uma rede 5G totalmente nova e no padrão tecnológico mais avançado em todos os municípios. Isso vai permitir reduzir desigualdades", diz Baigorri.

Para ele, o consenso é que a nova plataforma será habilitadora de um novo conceito, a internet das coisas, graças às altíssimas velocidades na troca de dados [até cem vezes mais rápido que o 4G] com baixíssimo tempo de resposta entre as duas pontas [menos de um milissegundo]. "Estamos falando de uma nova revolução industrial."

Tatiana Bilbao

A casa é a tipologia mais presente na cidade e é discriminatória por definição

Para arquiteta mexicana, moradia popular precisa levar em conta diferentes perfis familiares e individuais e valorizar o convívio coletivo para de fato favorecer a igualdade social e de gênero

ENTREVISTA

Francesca Angiolillo

SÃO PAULO É comum que, ao associar os termos "sustentabilidade", "arquitetura" e "futuro", venham à mente soluções tecnológicas para reduzir o consumo de energia e a pegada de carbono. O conceito de desenvolvimento sustentável, no entanto, abarca bem mais do que o aspecto ambiental, como deixam claros os 17 objetivos da Agenda 2030.

"Sempre pensei que um mundo sustentável não é esse que transforma tudo com 'energias limpas'; elas também consomem muitos recursos", diz à Folha a arquiteta mexicana Tatiana Bilbao. "O que precisamos é transformar em profundidade como vivemos."

A profundidade das transformações propostas pelo estúdio que leva seu nome é variada. Vai de casas unifamiliares e condomínios de luxo ao Jardim Botânico de Culiacán, capital do estado mexicano de Sinaloa. Mas entre os temas de predileção da arquiteta está a habitação social.

Vencedora de vários prêmios —entre os quais, em 2019, o Marcus Prize, que reconhece trajetórias em ascensão, e, em 2014, o Prêmio Global de Arquitetura Sustentável, dado pela Fundação Locus e pela Cité de l'Architecture de Paris—, ela deveria ter vindo ao Rio em 2020, para o Congresso Mundial da UIA (União Internacional de Arquitetos).

Devido à pandemia, o evento mundial, que pela primeira vez, desde 1948, é organizado no Brasil, ocorre totalmente online (uia2021rio.archi/).

Bilbao fará, em 18 de julho, a fala "A Casa como Ato Social". Segundo a arquiteta, repensar o conceito de lar para que seja um "tempo do cuidado" é dever de todos; só assim, diz, ele poderá ser uma "plataforma para que cada um crie sua própria existência", afirma. Ela conversou com a Folha



Casas em Ciudad Acuña, norte do México, desenvolvidas para famílias afetadas por tornado em 2015 Divulgação



Tatiana Bilbao, 48
Nascida na Cidade do México, formou-se arquiteta na Universidade Iberoamericana. Tem trabalhos em seu país, na França e nos EUA, entre os quais vários projetos de moradia social

por telefone de New Haven, Connecticut, nos EUA, onde se encontra para seu curso anual como professora visitante na universidade Yale.

*

O tema da moradia popular é sempre lembrado quando se fala de seu trabalho. Como nasce esse interesse na sua trajetória? Meu primeiro trabalho foi na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Cidade do México. Ao entrar, meu interesse era pelo tema urbano, pelo espaço público. Ao sair, era pela moradia. Entendi que ela é o ponto de partida da cidade. Minha geração estava sempre pensando no próximo museu, no novo aeroporto. Eu sentia um vazio ao notar que não se falava de habitação.

Deixei a secretaria porque concluí que seria mais difícil atuar em benefício do habitante no âmbito público do que no privado. No público, não se serve só ao habitante, mas também a interesses contrários aos dele, políticos e econômicos, de outra índole. Decidi que deveria primeiro

entender não só a casa, mas o processo de produção de moradia e do espaço urbano, sua dimensão política e financeira. Dirigimos muita energia a entender as possibilidades econômicas, em vez de captar a necessidade do habitante e buscar as possibilidades econômicas para supri-la.

A sra. defende que o caminho para sanar a demanda habitacional não passa por enormes conjuntos padronizados feitos por grandes agentes, mas por delegar a construção aos interessados, a partir de protótipos. Pode explicar seu ponto de vista? Estou convencida, em primeiro lugar, de que a arquitetura é importante demais para ficar só na mão dos arquitetos; e, depois, de que a definição de como alguém deve viver só pode ser estruturada pelo próprio indivíduo.

Uma das grandes problemáticas do século 20 é o entendimento de que a padronização pode estabelecer uma base para a equidade e que, para isso, temos de estabelecer metas que digam "isso é o míni-

mo que alguém necessita para viver bem".

O problema é que, ao definir isso, definimos também a forma como todos têm de viver. O que definimos como moradia minimamente digna, digamos 40 m², com cozinha, um banheiro, dois quartos e uma sala, acaba se tornando na realidade o máximo que se fará. Decidimos que todos têm de viver na forma heteropatriarcal monogâmica, sem considerar os que vivem fora dessas condições.

Mas como conciliar a visão individual e a produção em massa de moradia? É preciso entender a produção social do habitat, como um coletivo pode desenvolver seu próprio esquema de vida com o apoio de todos —é diferente "com o apoio de todos" de "pela determinação dos outros". Arquitetos, financiadores, banqueiros deveriam somar para determinar os projetos, mas não temos todas as ideias e soluções; cada um tem uma definição muito distinta de como viver.

Eu imagino que um esque-

ma sustentável seria um conjunto habitacional no qual os vizinhos possam se organizar para que um possa, um dia, ir buscar todas as crianças na escola; que outro, no outro dia, cozinhe para todos, enquanto os demais trabalham.

Fizemos algumas intervenções em duas unidades habitacionais para tornar espaços antes tomados por estacionamentos ou depósitos espaços comuns de convivência. Também fizemos um modelo, em um laboratório de habitação social em uma comunidade suburbana, Apan. O que projetamos foi uma ideia de moradia que se conforma a partir de módulos, e a pessoa pode escolher quais deseja. Pode tudo girar em torno de uma cozinha, ou então pode-se articular um conjunto de casas em torno de um elemento compartilhado, como um pátio.

Essa ideia de espaços fragmentados norteia vários de seus projetos; no Jardim Botânico de Culiacán, há uma série de prédios que são conectados pelo percurso, ou

na casa de veraneio em Chapala, que é formada por blocos individuais ligadas por áreas comuns. Sim, estudei por muito tempo como entender a fragmentação dos espaços e a relação entre eles, em diferentes escalas, não só físicas mas também sociais.

Falando em fragmentação social, um problema comum ao México e ao Brasil é que a moradia popular normalmente se faz na periferia, obrigando a deslocamentos de horas, o que se tornou ainda mais cruel na pandemia. Que soluções a arquitetura pode dar a essa questão? O maior problema da moradia social é ela ser determinada pelo capital, pelo valor do solo. Por isso a necessidade tem sido sempre coberta a partir de solos mais baratos nas periferias. Não há como gerar moradia social sem intervenção do Estado para subsidiar o solo ou para proteger seu valor por meio de cooperativas ou fideicomissos fundiários.

Talvez haja soluções mais rápidas e viáveis, como a reutilização de edifícios em zonas centrais das cidades. Como vê essa questão? A pandemia abre uma possibilidade incrível, pois esses lugares vão se esvaziar, mas aí deveria intervir o Estado, porque ninguém vai querer dar esses espaços de presente; preferem que fiquem vazios a isso.

Podem-se adotar medidas como o imposto progressivo para imóveis sem destinação social. Esse mecanismo existe em São Paulo, embora seja pouco utilizado. No México não temos isso. Mas é dessa forma de intervenções do Estado de que falo.

Sua fala no congresso da UIA terá a ver com igualdade de gênero, um dos objetivos da Agenda 2030. Como a arquitetura pode contribuir para essa questão? A casa é a tipologia mais presente na cidade. E é um espaço discriminatório por definição. Se ele não mudar, a cidade nunca será para a mulher. O modelo de casa vigente hoje, que se repete aos milhões e é determinado por lei em grande parte do mundo, reforça a estrutura que discrimina sistematicamente a mulher. Enquanto não houver uma transformação no esquema reprodutivo e de cuidado, não vamos alcançar a igualdade. As cidades têm de colocar no centro de sua concepção o trabalho doméstico e reprodutivo.